



ACÓRDÃO Nº1318/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12061/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé-SAAE
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho - Presidente da SAAE
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2180/2023-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé-SAAE. Exercício de 2019.

Revelia. Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel o Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho, Presidente da SAAE e Ordenador de Despesas**, exercício de 2019, diante da ausência de defesa, em relação às restrições apontadas pela DICAMI, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002;
- 10.2. **Julgar irregular a Prestação de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tefé-SAAE**, referente ao exercício 2019, sob a responsabilidade do **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Presidente da SAAE e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 11, III, “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes da fundamentação do Voto;
- 10.3. **Considerar em Alcance ao Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, no valor de R\$ 29.700,00 e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, nos termos do art. 304, IV, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, diante



ACÓRDÃO Nº1318/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

da ausência de comprovação das despesas com diárias no período de 01/01 a 31/12/2019, referente à **restrição nº 8 da DICAMI**, da fundamentação do Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, no valor de R\$ 68.271,96 e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/1996 com redação dada pela LC nº 204/2020, c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes das **restrições nºs 2 a 13 da DICAMI**, os quais foram objeto da fundamentação do voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa



ACÓRDÃO Nº1318/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Determinar**, diante as irregularidades identificadas e dos indícios de improbidade administrativa, a **remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual**, para as medidas que considerar cabíveis no âmbito de sua atuação, na forma do art. 22, §3º, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.6. Dar ciência** ao **Sr. Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho**, Presidente da SAAE e Ordenador de Despesas, à época, para conhecimento da presente Decisão;
- 10.7. Arquivar** os presentes autos, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Julho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº1318/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Este documento foi assinado digitalmente por YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS em 14/07/2023.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 1C45F71E-179B2E05-805BDD10-341B5AE3